



# MANIFESTO ELEITORAL

da

LIGA COMUNISTA  
INTERNACIONALISTA

A CLASSE OPERÁRIA.

AOS CAMPONESES.

AOS SOLDADOS.

A TODOS OS TRABALHADORES!

Camaradas:

Estão anunciadas para breve eleições para a Assembleia Constituinte. Essas eleições são apresentadas como visando "exprimir autenticamente a vontade do povo português" sobre a organização do Estado, sobre as formas de participação das massas na vida política, sobre a regulamentação dos seus direitos políticos e sociais, etc. E, de todos os lados -designadamente dos partidos da direita capitalista, onde se acota muito do pessoal político do aparelho de Estado fascista derrubado- chovem declarações solenes, reafirmando a necessidade de realizar tais eleições urgentemente e manifestando-se contra qualquer adiamento do acto eleitoral.

Isto ajuda-nos a compreender quais os interesses que estão em jogo em torno deste problema, ou seja, por que razão está a burguesia tão vitalmente interessada na imediata realização das eleições para a Assembleia Constituinte.

## O SIGNIFICADO POLÍTICO DAS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

De facto, desapossada pela queda do fascismo, dos principais instrumentos de dominação que o Estado capitalista põe ao serviço dos seus interesses, desarmada -face ao ímpeto da luta das massas trabalhadoras- pela inexistência de partidos políticos fortes e influentes (que defendessem coerentemente os seus interesses de classe) a burguesia portuguesa teve que ceder, no campo da luta de em presa e na rua, à pressão da luta das massas. Deste modo, os trabalhadores não só procedem ao desmantelamento do aparelho de Estado fascista, conquistam aumentos de salários, regalias sociais e impõem a legalidade das suas formas de luta e de organização (como a greve com ocupação, manifestação, comissões de trabalhadores, sindicatos, partidos, jornais operários e revolucionários, etc.), mas também impõem a descolonização, combatem o reagrupamento dos reacconários, põem do assim em debandada da cena política as fileiras da extrema-direita capitalista e forçando os partidos burgueses da coligação (como o PPD, a SEDES, o PPM) a manterem uma fachada "democrática" e até a falarem em "socialismo em liberdade".

Porém, camaradas, os capitalistas e os seus políticos não perderam tempo nas suas tentativas de recuperar o controlo total do aparelho de Estado, e particularmente de reconstituir rapidamente as peças dessa máquina de dominação mais danificadas pelas vitórias obtidas pela luta de massas. E, assim, assistimos, primeiro à manobra conjunta de Palma Carlos e Spínola em Julho -através da qual a burguesia pretendia reforçar "os poderes do Presidente da República" e promulgar "uma Constituição provisória"-; depois, à manobra conjunta também de Spínola, Galvão de Melo e C.ia com os reacconários e fascistas do "Partido do Progresso" e do "Partido Liberal" e à tentativa de um golpe reacconário sob a cobertura de uma "manifestação da maioria silenciosa". E se é certo que estas duas grandes tentativas dos capitalistas em retomarem o seu controlo total do Es-

tado (e assim darem um golpe forte nas liberdades democráticas das massas e travarem o processo de descolonização) fracassaram face à resposta pronta e enérgica dos trabalhadores, nem por isso a burguesia deixou de ir acumulando pequenas vitórias. Assim, ela conseguiria impor restrições legais aos direitos democráticos das massas (principalmente sobre a greve, a reunião e manifestação, e sobre a imprensa operária e revolucionária), do mesmo modo que conseguiria -através da utilização dos partidos e sindicatos reformistas como travão às lutas operárias- sair com os seus privilégios económicos, sociais e políticos praticamente intactos das grandes jornadas de mobilização e luta, quer em Maio, quer em torno do 28 de Setembro.

Mas a burguesia tem consciência de que este tipo de prova de força não lhe interessa, que não lhe interessa jogar em terrenos onde não pode utilizar as suas armas preferidas, que não lhe interessa confrontar-se com a classe operária e os trabalhadores no terreno das lutas de empresa e nas manifestações de rua. A burguesia já compreendeu que, para intensificar a exploração dos trabalhadores, aumentar os seus lucros, tem de restringir o mais possível os direitos democráticos das massas, isto é tem de limitar o direito de as massas utilizarem as suas armas de classe (a greve, a manifestação, a imprensa operária, etc.). E para isso, ela está disposta a utilizar todos os meios, desde uma vitória eleitoral para a Constituinte até uma nova intentona reaccionária.

É isto, camaradas, que explica certas manobras da reacção capitalista como a chamada "sabotagem económica". De facto, se os capitalistas se recusam a investir, se evitam capitais para o estrangeiro, se recusam encomendas e açambarcam matérias-primas e mercadorias, tudo isso tem um objectivo claro: encerrar empresas, lançar no desemprego e na miséria milhares de trabalhadores, provocar o aumento do custo de vida; e, deste modo, ao mesmo tempo que os capitalistas assim esperam dividir os trabalhadores e lançá-los uns contra os outros na concorrência pela obtenção de emprego, esperam também criar a confusão entre as camadas menos esclarecidas da população (principalmente os camponeses), responsabilizando a classe operária, as suas greves e as suas organizações sindicais e políticas pela crise económica que foram os próprios capitalistas a provocar. A reacção espera assim incutir em amplos sectores da população o medo pelo comunismo, o ódio à classe operária e às suas lutas, e preparar as condições, quer para uma vitória eleitoral na Constituinte, quer mesmo para uma intentona fascista que até agora ainda não teve forças e apoio para realizar com êxito.

Camaradas:

Derrotada no terreno da luta de massas, a burguesia vai assim apostar noutra jogada para a qual dispõe de trunfos preciosos: o poder do seu dinheiro para a propaganda e intoxicação da "opinião pública", o poder praticamente intacto da reacção nos campos, herdado do fascismo e personificado na onnipotência dos caciques locais e na influência do clero reaccionário; o seu domínio sobre os grandes meios de informação, etc..

Derrotada no terreno da luta de massas, a burguesia vai procurar canalizar para o terreno eleitoral, e combatividade demonstrada pelos trabalhadores; vai procurar desviar as atenções das massas dos verdadeiros centros de luta onde se decide o seu destino - a luta anti-capitalista das massas nas empresas, nos bairros, nos quartéis, nas ruas, a criação de organizações autónomas para a luta dos trabalhadores, independentes dos patrões e do seu Estado- e vai procurar concentrar as suas atenções num falso objectivo: as eleições onde espera obter uma vitória significativa dos seus partidos (PPD, CDS, etc.). E a partir dessa vitória reconstituir e reforçar a máquina do Estado ao seu serviço, impor novas limitações aos direitos sociais, sindicais e políticos dos trabalhadores, e preparar assim uma nova ofensiva sobre as condições de vida e de emprego da classe operária e das massas trabalhadoras.

É este, pois, o sentido do interesse da burguesia na realização imediata das eleições. Qual deverá ser então a posição dos trabalhadores e dos revolucionários?



## ELEIÇÕES PARA A CONSTITUINTE OU REVOLUÇÃO SOCIALISTA?

Os trabalhadores e os revolucionários sabem que, em regime capitalista, o Estado está sempre ao serviço dos interesses capitalistas e que portanto é inútil tentar, através das vias legais e pacíficas, através da via de reformas prudentes, transformar a máquina do Estado e pô-la ao serviço dos interesses dos trabalhadores. É por isso que é uma ilusão pensar-se que, através de uma maioria na Constituinte, será possível transformar, unicamente através de leis a administração do Estado, as suas polícias, as suas leis e tribunais, etc., que existem justamente para servir os capitalistas e os seus interesses de classe. É uma ilusão pensar-se que se pode transformar pacificamente o Estado <sup>capitalista</sup> e por essa transformação pacífica ao serviço da transição pacífica para o socialismo. É a experiência histórica da luta do proletariado demonstra que essas experiências reformistas, ou morrem de morte natural (perda da maioria parlamentar, por exemplo), ou terminam por uma derrota sangrenta da classe operária e dos trabalhadores, sempre que estes não souberam quebrar a espinha à reacção capitalista e arrancar as raízes da sua dominação, isto é, destruir a exploração capitalista e o Estado ao serviço desta, e instaurar o poder revolucionário dos trabalhadores. É isto o que nos demonstra a trágica experiência do reformismo no Chile onde dezenas de milhares de trabalhadores e revolucionários caíram mortos, vítimas das ilusões reformistas em construir o socialismo por via pacífica. Mas que o sangue desses mortos, que os actuais sofrimentos inauditos dos trabalhadores chilenos sirvam ao menos para evitar ao proletariado português uma nova derrota sangrenta e que de vez nos convençamos que **SÓ A REVOLUÇÃO FARÁ O SOCIALISMO!**

Os trabalhadores e os revolucionários não podem portanto esquecer que só por si uma vitória nas eleições de pouco ou nada vale na luta contra a exploração dos capitalistas e a dominação do seu Estado. Há porém situações em que a luta eleitoral pode estimular o desenvolvimento das lutas operárias e facilitar a obra de destruição do Estado capitalista. Mas isso exige que haja uma  direcção revolucionária das lutas dos trabalhadores (um partido operário revolucionário), conduzindo-as no sentido da luta anti-capitalista de massas contra a exploração e o Estado burguês, e não -como existe actualmente em Portugal- um  controlo reformista sobre essas lutas, tentando desviá-las do caminho revolucionário e canalizá-las para a colaboração de classes com a burguesia e os seus políticos.

Acontece, camaradas, que camadas cada vez mais amplas de trabalhadores começam a compreender que nove meses de governo provisório de colaboração de classes bastaram para demonstrar o erro de uma tal política e os perigos que correm os trabalhadores e os seus direitos democráticos, caso se não tomem medidas eficazes no sentido de quebrar a espinha da reacção capitalista. Camadas cada vez mais amplas de trabalhadores já compreenderam que contra a sabotagem económica, contra os atentados aos seus direitos económicos, sociais e políticos, contra a ameaça de a direita capitalista recuperar o poder político, **SÓ HÁ UMA SOLUÇÃO: ESMAGAR A REACÇÃO!** Camadas cada vez mais amplas de trabalhadores compreendem que é necessário atacar as bases do poder económico e político dos industriais e banqueiros, nacionalizar os bancos e as grandes empresas, pôr a produção debaixo do controlo dos trabalhadores e desenvolver organismos de poder dos operários e trabalhadores que preparem a tomada de poder pelo proletariado e prefigurem os órgãos de verdadeiro poder dos trabalhadores, da democracia operária nas tarefas revolucionárias da construção do socialismo.

A hora, camaradas, não é pois de eleições para uma Constituinte burguesa dum Estado capitalista. A hora é de avançar decididamente no sentido do ataque ao poder do capital. Mas para isso é necessário o fim da conciliação e da colaboração de classes com a burguesia e os seus políticos e o cerrar das fileiras da classe operária numa **FRENTE ÚNICA DOS TRABALHADORES E DAS ORGANIZAÇÕES OPERÁRIAS E REVOLUCIONÁRIAS**. Essa concentração da força proletária revolucionária, temperada pelas duras lutas de massas dos últimos meses, esclarecida pela elevação da consciência política das mais amplas camadas de trabalhadores e pela sua clara opção pelo Socialismo e pelo Comunismo, animada pela nova combatividade demonstrada após o 28 de Setembro e enquadrada pelas fortes organizações sindicais e políticas dos trabalhadores -tudo isso, camaradas, e a mais estreita ali-

ança entre os explorados e oprimidos dos campos e das cidades, uma política revolucionária e anti-capitalista de ALIANÇA ENTRE O PROLETARIADO E O CAMPESINATO, tudo isso permite afirmar que é possível criar rapidamente as condições para, na base dessa frente única, substituir o actual governo de colaboração de classes com a burguesia por um GOVERNO REVOLUCIONÁRIO DOS TRABALHADORES. Só um tal governo, formado por todas as organizações operárias e revolucionárias, fazendo participar as organizações de massa dos trabalhadores na condução da actividade económica e da vida política do país, apoiado na mobilização permanente e na ofensiva de massas anti-capitalista dos trabalhadores, poderá arrancar as raízes do poder capitalista e preparar todas as condições políticas e organizativas para a liquidação revolucionária do poder do Capital.

É esta a alternativa para a actual situação que a LIGA COMUNISTA INTERNACIONALISTA impulsiona, dela fazendo proposta a todas as organizações políticas e sindicais dos trabalhadores. Temos porém a consciência de que isso teria de implicar da parte das organizações reformistas um compromisso numa política anti-capitalista consequente que sectores cada vez mais amplos dos seus militantes de base reclamam, mas que as suas direcções recusam. Mas estamos convencidos que sectores importantes desses militantes operários, decididos a uma acção revolucionária anti-capitalista, romperão cada vez em maior número com essas direcções e virão engrossar as fileiras da frente única da classe operária.

Porém, qualquer que seja, até à data das eleições o destino deste processo, e mesmo que as eleições para a Constituinte se realizem, a atitude da L.C.I. também neste terreno será o de defender e aplicar a unidade da frente proletária contra a reacção, fazendo tudo para BARRAR A REACÇÃO TODOS OS CAMINHOS (MESMO O CAMINHO ELEITORAL) PARA O CONTROLO DO APARELHO DE ESTADO.

Nas sabemos que, caso haja eleições, será importante fazer ouvir a voz dos revolucionários na campanha eleitoral e dentro da própria Assembleia Constituinte:

- para denunciar todas as formas de exploração e opressão capitalista sobre os operários, camponeses e soldados, sobre todos os trabalhadores, e para impulsionar a luta pela defesa das suas condições de vida e de emprego, a luta pelos seus direitos, económicos e sociais;
- para denunciar todas as manobras da reacção capitalista, a sabotagem económica, a preparação de novas intentonas reaccionárias, e para impulsionar formas de luta e de organização contra a reacção capitalista interna e internacional;
- para desmistificar as intenções dos capitalistas em relação ao papel da Constituinte na restrição dos direitos sindicais e políticos dos operários, camponeses trabalhadores e soldados;
- para defender a unidade da frente proletária, a frente única da classe, como única forma de lutar eficazmente contra a exploração, a reacção e o poder político dos capitalistas, para defender os métodos da luta proletária e para criticar as práticas reformistas da colaboração de classes e da passagem gradual e pacífica para o socialismo;
- para a defesa do programa do governo revolucionário dos trabalhadores;
- para defesa da via da greve geral revolucionária e da insurreição armada das massas para o derrube do Estado capitalista, para a instauração da ditadura do proletariado e do Socialismo;
- para o combate ao colonialismo e ao neo-colonialismo, à penetração imperialista em Portugal;
- para a defesa do internacionalismo proletário, pelo apoio revolucionário e internacionalista às lutas dos trabalhadores em todo o mundo.

Por isso a L.C.I. fará por apresentar candidatos às eleições para a Constituinte, consciente do papel que lhe cabe dentro do próprio processo eleitoral, quer de defesa da unidade da classe operária, quer também de apresentação, propaganda e defesa de uma alternativa, de uma solução revolucionária para a crise económica e política em Portugal, de uma solução para a própria crise da direcção revolucionária das lutas dos trabalhadores: a construção de um partido operário revolucionário de massas.



Do vosso apoio, camaradas, da vossa adesão à L.C.I., de forma a permitir-nos constituir em partido político na base das 5000 adesões exigidas pela lei burguesa, depende que este nosso projecto se concretize.

Mas, em qualquer dos casos, o nosso voto será sempre: A BURGUESIA. E, por isso, apelaremos para o voto nos nossos candidatos nos círculos onde concorremos, e chamaremos a votar nos restantes círculos nos candidatos dos partidos operários, exigindo simultaneamente que combatam na Constituinte os projectos reacccionários da burguesia.

#### UM TRISTE BALANÇO DA POLÍTICA REFORMISTA E DE COLABORAÇÃO DE CLASSES...

Doze meses após a queda do fascismo, começamos a verificar, camaradas, que vamos perdendo pouco a pouco as nossas conquistas económicas, sociais e políticas — essas conquistas que alcançámos através das nossas lutas, através das nossas greves, ocupações e manifestações, tanto antes como após o 25 de Abril. Começamos a verificar que o aumento incessante do custo de vida nos levou já a uma subida de salários conquistada; verificamos que os despedimentos aumentam e lançam no desemprego, na fome e na miséria cada vez mais camaradas (cujo número já ultrapassa os 200.000!); que muitos patrões se recusam a pagar o salário mínimo ou o 13º mês; que os ritmos de trabalho se intensificam; que o governo projecta aumentar a jornada de trabalho; que os patrões começam de novo a exercer o mesmo autoritarismo na empresa que antes do 25 de Abril; verificamos que continua a haver diferenças de salários entre homens e mulheres, que a previdência quase não foi melhorada, que a idade de reforma ainda não foi baixada, que um trabalhador doente ou inutilizado pelo capital que o explora é um homem condenado à miséria. Verificamos que os transportes continuam lentos, incómodos, caros e cada vez mais caros, que as casas que habitamos continuam pequenas, desconfortáveis e caras. Verificamos que os camponeses pobres vêem a sua situação agravar-se cada vez mais, sujeitos às dívidas e hipotecas, à falta de apoio técnico e de crédito que os industriais e banqueiros lhes recusam. Ao mesmo tempo verificamos que os nossos direitos democráticos, conquistados pela nossa acção no desmantelamento do Estado fascista são cada vez mais restringidos (caso da lei sobre a greve que quase não nos deixa fazê-la; da lei sobre reunião e manifestação que dificulta os comícios e manifestações revolucionárias mas protege as manifestações e comícios reacccionários, como o do CDS em 4 de Novembro; da lei de censura à imprensa que proíbe a propaganda e divulgação das nossas lutas principalmente dos camaradas soldados a quem continuam a ser recusados todos os direitos democráticos).

E, a par disto que vemos? Vemos que os capitalistas ou enriquecem cada vez mais, ou então dão-se por satisfeitos com os lucros que já obtiveram à custa de anos de exploração do nosso trabalho, fecham as portas e põem-nos na rua! Vemos que os preços dos produtos de primeira necessidade (o próprio preço daquilo que nos permite sobreviver para continuarmos a ser explorados no dia seguinte — a comida os transportes, etc.) sobem para iram encher os bolsos dos industriais e banqueiros. Vemos serem soltos cada vez mais pides, reacccionários e capitalistas sabotadores. Vemos que os fascistas se reorganizam no CDS, inundam o país de propaganda provocatória contra os trabalhadores, as suas lutas e organizações beneficiam da protecção da PSP e da GNR! Verificamos que estas forças repressivas continuam intactas, armadas e prontas a serem utilizadas contra as greves e manifestações dos trabalhadores e revolucionários, fazendo mortes e prisões como o assassinato de Vítor Bernardes, a prisão dos operários da Soares da Costa, etc! Verificamos que continuam de pé o código e leis reacccionárias herdadas do fascismo, ao abrigo das quais são soltos os capitalistas sabotadores do BIP e da Torralta mas são presos os camaradas soldados que entram em luta contra o autoritarismo militarista ou pela defesa daquilo a que (como trabalhadores fardados) têm direito!

Doze meses após a queda do fascismo, vemos a libertação total dos nossos camaradas trabalhadores das colónias (principalmente de Angola) ameaçada pelas manobras neo-colonialistas; vemos Portugal continuar na NATO, as bases americanas em solo português, verificamos que continua de pé o sinistro Pacto Ibérico (tra

tado que liga Portugal ao regime fascista de Espanha, o regime que neste momento procura abafar a ferro e sangue a heróica luta dos trabalhadores espanhóis).

Verificamos assim, camaradas, que os capitalistas continuam a ser a classe dominante, a fazer valer os seus interesses de classe exploradora e os dos seus parceiros imperialistas internacionais. Verificamos, camaradas, que dia a dia mais se agravam as nossas condições de vida e de trabalho, mais são restringidos os nossos direitos sociais e políticos.

É isto que é preciso modificar! Mas, para isso, é preciso acabar com o poder dos capitalistas, das suas leis dos seus tribunais, das suas polícias, dos seus meios de informação, etc..

Ora, que tem o governo feito no sentido de combater o poder do Capital, de combater a sabotagem económica, defender as condições de vida e os direitos democráticos das massas? Nada ou quase nada. Senão vejamos:

O plano "económico e social de emergência", o anunciado plano de "reconstrução nacional", não só não defende os interesses dos trabalhadores como em nada ataca os interesses dos capitalistas, oferecendo-lhes melhores condições para a realização dos seus lucros -esse plano melhor deverá chamar-se um plano de reconstrução do capital! A lei sobre os arrendamentos rurais nada faz para libertar o camponês pobre das garras dos bancos, dos ricos proprietários, dos donos dos mercados dos produtos agrícolas que compram barato ao camponês pobre mas vendem caro ao operário da cidade; porém essa lei beneficia e ajuda os capitalistas agrícolas na sua exploração sobre os operários rurais! A lei sobre os despedimentos não livra da fome e da miséria os trabalhadores desempregados, mas procura obter a colaboração dos sindicatos e das "comissões de controlo dos despedimentos" para a operação de pôr na rua os nossos camaradas!

"Mas -poderão perguntar-nos- não valerá a pena fazermos todos estes sacrifícios para defender a democracia e combater a reacção?" A isto, respondemos com factos: a miséria crescente dos trabalhadores, dois graves "atentados à democracia" (Palma Carlos e o 28 de Setembro) e o alastrar da reacção, principalmente nos campos! É que, camaradas, não é de braços cruzados, não é não fazendo nada para ganhar os camponeses pobres para o campo da classe operária e da sua política, não é deixando de tomar medidas anti-capitalistas ousadas que se combate a reacção. A história sempre mostrou que a subordinação da política operária aos interesses dos capitalistas favoreceu sempre a reacção! Além disso os nossos interesses de explorados e oprimidos não podem ser um instrumento ao serviço da democracia, mas sim a de democracia, isto é, os nossos direitos democráticos um instrumento ao serviço dos nossos interesses! Os direitos democráticos são, nas mãos dos trabalhadores, como uma lavanha <sup>ou</sup> que se utiliza, ou então enfeia. Os direitos democráticos dos trabalhadores, se é certo que só pela luta se conquistam não é menos verdade que só pela luta se exercem, só pela luta se mantêm. Abandonar a luta (deixar de exercer o direito à greve, à manifestação, etc.) em nome da "reconciliação e reconstrução nacional", "para não pôr em perigo a democracia" é meio caminho andado para deitar a perder as conquistas democráticas das massas, enfraquecer a sua frente de luta e dar margem aos capitalistas e ao seu Estado para, "em nome da democracia, da reconciliação e da reconstrução nacional" restringirem os direitos democráticos dos trabalhadores.

É a prova, camaradas, é que nove meses após a queda do fascismo verificamos que o abandono da nossa luta "em nome da defesa da democracia e da reconstrução" não só não defendeu as nossas condições de vida e de emprego, mas também não evitou os atentados contra os nossos direitos democráticos. E isto porquê?

Porque o governo provisório é incapaz de tomar medidas anti-capitalistas, medidas que atinjam as bases do poder económico dos capitalistas e destruam as peças fundamentais da sua máquina de Estado (leis, tribunais, polícias, etc.), medidas que coloquem os sectores fundamentais da economia e os centros do poder político sob o controlo dos trabalhadores e das suas organizações de combate.

Mas, porque motivo é o governo provisório incapaz de tomar essas medidas?

Porque o governo provisório não é um governo dos trabalhadores, mas sim um governo de colaboração de classes -um governo onde coexistem partidos burgueses (FPL, SEDES) e partidos operários reformistas (PS, PCP). Porque um governo de



colaboração de classes é um governo destinado a atrelar os interesses dos trabalhadores à carroça dos interesses dos capitalistas. Porque um tal governo será sempre um governo ao serviço, em última análise, dos capitalistas e dos seus interesses de classe exploradora.

# PELA FRENTE ÚNICA DOS TRABALHADORES CONTRA A EXPLORAÇÃO E A REACÇÃO CAPITALISTAS!

É por isso que a L.C.I. entende que, face à actual ofensiva da reacção capitalista contra as condições de vida e de emprego, contra os direitos sindicais e políticos dos trabalhadores, SÓ HÁ UMA SOLUÇÃO: ESMAGAR A REACÇÃO, quebrar os instrumentos da dominação política e económica do capital. Mas, isso passa pela substituição do actual governo de colaboração de classes por um governo revolucionário dos trabalhadores. Esse governo revolucionário dos trabalhadores só pode por sua vez, ser constituído na base da frente única da classe operária e das massas trabalhadoras, da frente única de todas as organizações operárias e revolucionárias.

E essa frente única dos trabalhadores é possível, necessária e urgente constitui-la desde já no combate unitário contra a exploração e a reacção capitalista:

a) na luta pela defesa das condições de vida e de emprego dos trabalhadores  
-contra o aumento do custo de vida, por um salário mínimo nacional de 6.000\$00, pela escala móvel dos salários (isto é, pela subida automática dos salários face a qualquer aumento do custo de vida), por salário igual a trabalho igual; pelo pagamento do 13º mês a todos os operários e trabalhadores;

-contra o desemprego e os despedimentos, contra a intensificação dos ritmos e o aumento do horário de trabalho, pela recusa às horas extraordinárias, pela recusa do trabalho a prémio ou à tarefa, pela proibição operária dos despedimentos, pela escala móvel das horas de trabalho (isto é, pela distribuição do trabalho existente por todos os trabalhadores sem diminuição do salário) pela semana nacional de trabalho de 40 horas;

-por uma política social de defesa dos direitos dos trabalhadores; pela reforma aos 50 anos; por habitações e transportes condignos, por uma medicina gratuita; por todo o salário em caso de desemprego, invalidez, gravidez ou reforma; por uma previdência eficiente controlada pelos trabalhadores; por um ensino gratuito e obrigatório até aos 18 anos; por uma formação profissional livre e polivalente;

b) na luta contra a sabotagem económica (contra as fugas de capitais e as recusas em investir, contra o açambarcamento de matérias-primas e de mercadorias, contra as recusas de encomendas, contra a subida provocada dos preços, etc.), pela criação (nas empresas e nos bairros) de comissões de luta contra a sabotagem económica, pela fiscalização da contabilidade das empresas, pelo controlo dos trabalhadores sobre a produção e a troca, pela criação de comissões de vigilância dos preços, impondo a nacionalização sob controlo dos trabalhadores de todas as empresas envolvidas em actos de sabotagem, pela prisão e julgamento público dos capitalistas sabotadores;

c) na luta pelo saneamento dos fascistas e reacccionários nas empresas, nas repartições públicas, nos quartéis, nas escolas; na luta pelo desarmamento das forças repressivas do capital (PSP, GNR) e pela abolição de todas as leis e códigos fascistas ainda em vigor;

d) na luta contra a reorganização dos fascistas e reacccionários e pela dissolução e imediata proibição de todos os partidos da extrema-direita ("Partido Trabalhista", "Democracia Cristã", CDS, PCSD);

e) na luta contra os atentados fascistas e contra a preparação de novas intencionalidades reacccionárias, desenvolvendo a vigilância autónoma dos trabalhadores e dos soldados nas empresas, nos bairros, nos quartéis, etc., e constituindo organismos de auto-defesa das organizações e lutas dos trabalhadores;

f) na luta pela revogação imediata dos recentes decretos e leis que limitam

os direitos democráticos dos trabalhadores, pelo direito sem restrições à greve à reunião e manifestação, à imprensa operária e revolucionária, na luta pela proibição do lock-out; na luta contra o "pluralismo sindical", e por um sindicalismo democrático e unitário ao serviço da luta anti-capitalista das massas; na luta pelo reconhecimento aos soldados e marinheiros (operários e trabalhadores fardados) os seus direitos de sindicalização, de reunião e discussão política nos quartéis, etc;

g) na luta contra o imperialismo e o neo-colonialismo, pela saída de Portugal da NATO, pelo fim imediato do Pacto Ibérico, pela imediata independência de todas as colónias, pelo apoio às lutas dos trabalhadores de todo o mundo.

**POR UM GOVERNO REVOLUCIONÁRIO DOS TRABALHADORES,  
LUTAR, VENCER, OS OPERÁRIOS AO PODER!**

É pois, camaradas, na base do desenvolvimento destes objectivos e formas de luta, na base do desenvolvimento da unidade e da organização dos trabalhadores no combate à reacção capitalista, que entendemos que é possível substituir o actual governo de colaboração de classes com a burguesia por um GOVERNO REVOLUCIONÁRIO DOS TRABALHADORES, um governo constituído por todas as organizações operárias e revolucionárias, apoiado na mobilização e na ofensiva permanentes dos trabalhadores contra a exploração e o poder de Estado dos capitalistas e capaz, assim, de vibrar golpes profundos no poder económico e político do capital.

O programa desse governo teria pois de ser o seguinte:

- 1) Expropriação sem indemnização das empresas industriais, comerciais e agrícolas mais importantes, bem como dos grandes meios de comunicação social (TV Rádio, Cinema, Imprensa); seu funcionamento sob controlo dos trabalhadores.
- 2) Atribuição ao governo dos trabalhadores de todo o sistema de crédito e criação de um banco único do Estado.
- 3) Exclusivo para o governo dos trabalhadores de todo o comércio com os países estrangeiros, de forma a combater o boicote e a agressão económicos por parte das potências imperialistas.
- 4) Apoio ao campesinato pobre, pelo estabelecimento de um sistema de crédito e de apoio técnico, por uma reforma agrária que liberte o camponês pobre de todas as dívidas e hipotecas, e, no que respeita aos rendeiros das terras nacionalizadas, os torne senhores do produto da terra que trabalham.
- 5) Expropriação de toda a indústria de guerra.
- 6) Criação de um organismo central de planificação económica, integrado e controlado pelas organizações de massas (comissões de trabalhadores, comités de indústria, sindicatos, cooperativas, etc.).
- 7) Escala móvel dos salários e das horas de trabalho; imediata criação de condições para o estabelecimento de uma previdência, assistência e ensino gratuitos; redução drástica dos preços dos transportes colectivos, da energia e da habitação.
- 8) Supressão de toda a legislação que protege os interesses dos capitalistas e substituição dos tribunais burgueses por órgãos judiciais eleitos democraticamente pelos trabalhadores.
- 9) Participação das organizações de massas em todos os escalões e instâncias de gestão da vida social. Essas organizações de massas deverão estar estruturadas e representadas segundo as normas da democracia proletária, o que exige o carácter electivo de todas as instâncias, a prestação regular de contas e o permanente controlo e revogabilidade pela base relativamente a todos os delegados eleitos; a remuneração das funções de todos estes delegados não deverá exceder o salário médio de um operário.



10) Armamento geral dos trabalhadores e substituição do exército e da polícia por milícias operárias e organismos voluntários de vigilância integrados e controlados pelos trabalhadores.

11) Saída de Portugal da NATO, fim do Pacto Ibérico, revogação de todos os os tratados com o imperialismo, abolição da diplomacia secreta, e lançamento de uma política externa de apoio anti-imperialista às antigas colónias e de apoio revolucionário e internacionalista às lutas dos trabalhadores de todo o mundo; contra a Europa dos exploradores e dos monopólios, luta pelos Estados Unidos Socialistas da Europa.

**POR UMA CAMPANHA ELEITORAL REVOLUCIONÁRIA AO SERVIÇO DA LUTA ANTI-CAPITALISTA DAS MASSAS!**

É este o programa que os candidatos da L.C.I. irão defender na campanha eleitoral para a Assembleia Constituinte: um programa unificador da frente proletária contra a exploração e a reacção capitalistas, um programa de luta contra o poder do Capital, que a classe operária e as massas trabalhadoras reclamam e exigem das suas organizações!

Através da sua campanha, a L.C.I. propõe-se ser a tribuna pública das reivindicações de todos os sectores explorados e oprimidos da população trabalhadora da cidade e do campo, a voz pública das suas lutas, abrindo os seus comícios e todas as suas formas de propaganda a trabalhadores em greve, a soldados em luta, a camponeses pobres em combate à opressão capitalista dos industriais e banqueiros, procurando mostrar a todos os trabalhadores que a solução dos seus problemas não está em maiorias parlamentares na Constituinte, mas na acção extra-parlamentar e anti-capitalista das massas, na organização autónoma e no armamento geral dos trabalhadores para a revolução proletária, para a greve geral revolucionária e a insurreição armada que instaure o poder revolucionário dos trabalhadores e permita lançar os fundamentos da construção do Socialismo. Do mesmo modo, através da sua campanha, a L.C.I. procurará ser porta-voz da luta revolucionária mundial do proletariado, direito e obrigação que lhe advém de lutar no quadro de uma internacional operária revolucionária, de ser a organização portuguesa do Partido Mundial da Revolução Socialista - A IV INTERNACIONAL.

Finalmente, e para além de tudo isso, ao mesmo tempo que apelamos a todos os trabalhadores, soldados e estudantes para que subscrevam as listas de adesão à L.C.I. de forma a permitir a esta apresentar-se e defender um programa revolucionário nas eleições, nós alertamos firmemente todos os camaradas que a luta dos trabalhadores não deve nem pode esperar pelas eleições. Lembramos uma vez mais que a verdadeira luta pela defesa das condições de vida e de trabalho, pelos direitos democráticos dos trabalhadores, é nas empresas, é nos quartéis, é nas ruas que se trava! Nós alertamos também todos os trabalhadores para a possibilidade de a reacção capitalista tentar qualquer golpe de força e instaurar uma ditadura das direitas, tanto antes das eleições, como durante ou depois delas. A qualquer nova intenciona da reacção é preciso opôr uma resposta enérgica e esmagadora, uma resposta que permita quebrar decisivamente os meios em que a reacção se apoia e minar radicalmente as bases do seu poder económico e político.

Do mesmo modo, a L.C.I. saberá igualmente, nos círculos em que não apresentar candidatos, manter a mesma atitude de unidade da frente proletária contra a reacção capitalista e apelará para o voto contra a burguesia e os seus partidos, para o voto nos partidos operários que dêem garantias mínimas de combate aos projectos reaccionários do Capital na Constituinte.

Por tudo isso, <sup>a L.C.I.</sup> na certeza de interpretar a vontade de luta unitária de todos os trabalhadores portugueses, lança a toda a classe operária, aos camponeses, aos soldados, a todos os trabalhadores e revolucionários, a todas as organizações operárias e revolucionárias, a proposta que neste momento é acerca do pro

blema eleitoral traduz a posição de unidade da frente proletária da classe operária contra a exploração e a reacção capitalistas:

VOTAR CONTRA A BURGUESIA! BARRAR A REACÇÃO CAPITALISTA TODOS OS CAMINHOS  
(MESMO O CAMINHO ELEITORAL) PARA O CONTROLO DO APARELHO DO ESTADO!

POR UM FORTE MOVIMENTO DE MASSAS CONTRA A EXPLORAÇÃO E A REACÇÃO CAPITALISTAS!

PELA AUTO-DEFESA DA CLASSE OPERÁRIA, DAS SUAS LUTAS E ORGANIZAÇÕES!

POR UM GOVERNO REVOLUCIONÁRIO DOS TRABALHADORES!

LUTAR, VENCER, OS OPERÁRIOS AO PODER!

Janeiro de 1975

O Comité Central  
da

LIGA COMUNISTA INTERNACIONALISTA  
(organização da IV Internacional)